DOI: 10.30612/eduf.v10i30.14514 ISSN: 2237-258X

DOSSIÊ

"NEOCONSERVADORISMO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE JUSTIÇA SOCIAL, INCLUSÃO E DEMOCRACIA"

Um dos traços característicos do histórico do continente americano é a ofensiva e a irrupção de forças políticas conservadoras e neoconservadoras, ao ponto de controlar a maioria dos governos da região. Esse fato materializado durante a última década, através da ascensão ao poder e da formação de governos com esse perfil ideológico, permitiu o retorno da agenda e de programas políticos, econômicos e sociais neoliberais alinhados aos interesses sem limites do capital. Mas esse ataque neoconservador ao poder político tem características bastante heterodoxas, ao contrário do que aconteceu nas décadas de 1980 e 1990 do século passado. Embora as agendas políticas neoliberais do passado tenham sido conduzidas por uma geração de políticos liberais e convertidos de todos os tipos, agora, a liderança dessa ofensiva vem de setores neoconservadores que, mantendo ao máximo as teses neoliberais, ou seja, o desaparecimento da iniciativa pública, minimizando a natureza regulatória do Estado, suprimindo políticas públicas e uma privatização agressiva da vida, elas suscitam, ao mesmo tempo ideias doutrinárias próprias do antigo regime medieval em relação aos direitos civis, sociais e culturais, com repercussão especial na educação.

Nesse sentido, o dossiê **"Neoconservadorismo e Educação: reflexões sobre justiça social, inclusão e democracia"** busca refletir e debater esse momento histórico regressivo em todas as áreas de nossas sociedades. Com esse esforço analítico-reflexivo, o objetivo é analisar a aposta neoconservadora em relação às considerações sobre justiça social, políticas inclusivas e considerações sobre democracia.

Os catorze artigos que compõem o dossiê são produzidos por professores pesquisadores e estudiosos da temática em tela, provenientes de diferentes universidades brasileiras e de outros países. O conjunto de artigos aborda temáticas que se complementam no sentido de produzir uma análise provocativa de reflexões e futuras outras tantas discussões acerca do tema central do dossiê.

No primeiro deles, cujo título é "**O projeto neoconservador para a educação brasileira e suas distorções nas concepções de justiça social, inclusão e democracia: considerações acerca do "ajuste justo" proposto pelo Banco Mundial**", de autoria de *José dos Santos Souza* e *Jussara Marques de Macedo*, analisa os impactos das proposições contidas no documento *Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*, publicado em novembro de 2017 pelo Grupo Banco Mundial sob encomenda do Governo Brasileiro. O objetivo da análise é explicitar a identidade do conteúdo deste documento com o projeto neoconservador para a educação brasileira em curso no país desde agosto de 2016, com a posse do presidente Michel Temer, aprofundado pelo governo Bolsonaro. Trata-se de excerto de pesquisa mais ampla acerca dos novos modelos de gestão de sistemas públicos de ensino e precariedade do trabalho docente. A análise qualitativa, de caráter explicativo, baseia-se em fontes documentais para coleta de dados. Os resultados apontam a falta de originalidade nas proposições do documento *Um Ajuste Justo*, pois tais proposições

fazem parte da agenda do projeto neoconservador do Bloco no Poder para superar os efeitos da crise orgânica do capital por meio de medidas para reorientar o uso do fundo público em favor dos monopólios e grandes empresas, em detrimento da classe trabalhadora. Com base na lógica mercantil, este projeto se materializa no campo educacional como medidas de controle da gestão dos sistemas públicos de ensino não só para racionar custos, mas para repassar para a sociedade civil a responsabilidade pelo financiamento do serviço prestado pelos sistemas públicos de ensino.

O segundo artigo do dossiê tem como título "**Neoconservadorismo e educação brasileira**", de autoria de *Daniela Oliveira Vidal da Silva, Vera Lúcia Fernandes de Brito* e *Cláudio Pinto Nunes*. Trata-se de um texto que busca estabelecer uma reflexão sobre pensamento neoconservador e suas influências e/ou consequências para a educação brasileira, tomando como ponto de referência para tal incursão, a contextualização histórica do pensamento conversador moderno ao redor do mundo e sua inserção no Território Nacional. Quanto às implicações deste contexto neoconservador para o cenário educacional no país, adotou-se como marco temporal o período pós Impeachment de 2016, representado por algumas das muitas manifestações que expressam a presença de ações antidemocráticas e a aprovação de políticas educacionais baseadas em uma agenda de contrarreformas. Tais expressões podem ser identificadas no movimento denominado Escola sem Partido (ESP), na Reforma do Ensino Médio, na aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no crescimento das propostas do Projeto de militarização das escolas públicas. Pode-se concluir que o neoconservadorismo representa e se constitui como uma ameaça à escolarização pública e democrática da nação brasileira.

Escrito por *Samuel H. Carvajal Ruíz*, o artigo intitulado "**Apuntes sobre conservadurismo y neoconservadurismoenlaeducaciónvenezolana**" aborda a influência de uma certa corrente de pensamento em um campo como a educação é uma tarefa complexa. Esse esforço se torna mais complexo quando o foco é ampliado e a interseção de ideias, abordagens e práticas que forjam para dar sentido a uma práxis que ocupa um período histórico importante e vasto é descoberta. Ainda mais se esse objetivo estiver condicionado pelas limitações de um ensaio sobre uma realidade específica, neste caso como o venezuelano. Esse aviso não é um assunto menor, se alguém se aprofundar na impressão conservadora das concepções pedagógicas que prevaleceram na formação do *ethos* educacional venezuelano no curso de sua história. Agora, essa referência breve e rápida incorpora na análise sua "antítese", liberalismo político e econômico. Não apenas pela suposta dialética que eles mantêm em princípio, mas porque a configuração histórica dessa práxis política no país se baseia no trânsito situacional de grupos de poder de uma ou outra perspectiva ideológica. Portanto, dadas as advertências do caso, o artigo se propôs a refletir fortemente sobre alguns aspectos significativos que revelam a disputa histórica na educação nacional, para impressionar o sentido que favoreceu os interesses dos setores em conflito. De lado, permitiu prefigurar aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais que governavam todos os momentos até hoje, vislumbrando características do neoconservadorismo em voga hoje.

O quarto texto que compõe o dossiê tem como título "**Conservadurismo y neoconservadorismo em educación: algunos comentarios sobre la experiencia chilena**", é de autoria de *Víctor Orellana C*. O artigo discute o surgimento do neoconservadorismo na educação chilena e sua relação tensa com o projeto de mercantilização da educação próprio ao modelo neoliberal. Através de uma revisão histórica do conservadorismo na educação e dos limites do desenvolvimento da educação pública nos séculos XIX e XX, sugere-se que o neoconservadorismo emerja

como uma crítica, dentro das elites oligárquicas, do processo de democratização social e política que o país experimenta durante o estado do compromisso e o modelo de desenvolvimento. Após o golpe militar de 1973, o projeto neoconservador se articula com o neoliberal de maneira contraditória, buscando reduzir a influência da educação pública na sociedade. Embora o neoconservadorismo consiga proteger e garantir a reprodução social e ideológica das elites, é o mercado educacional de massa que finalmente prevalece.

O quinto artigo é de autoria de *Ovidio Andrés Charles Van Glover* e tem como título "**Neoconservadurismo y educación reflexiones sobre justicia social, inlusión y democracia**". O texto visa marcar algumas linhas gerais em torno do conservadorismo e seu neo (novo) referente, nesse esforço seus impactos e influências além das fronteiras e, particularmente, no campo intelectual-ideológico-cultural-educacional e suas implicações práticas. Da mesma forma, há controvérsias sobre a arquitetura social emergente que lança luz à configuração de uma nova realidade geopolítica, na qual mecanismos cada vez mais sutis de coerção e força incorporados na "alma" do senso comum revelam propósitos de reordenar forças na luta pelo poder global. Por fim, são anunciadas as chaves do neoconservadorismo, entendidas em uma chave científico-tecnológica, que serve de nó à Nova Ordem Mundial e, nesse sentido, através dos órgãos supranacionais, sua reivindicação na privatização, monopolização e hiperespecialização da educação.

O sexto artigo, escrito por *César Augusto Patiño Trujillo* e *Claudio Ramírez Angarita*, é intitulado "**Extensión del conservadurismo en la escuela: la hegemonía del poder**". Nesse texto é apresentadoum dos elementos mais característicos de qualquer posição conservadora: o princípio da autoridade, que disfarça o autoritarismo real. Este é o produto da essência ideológica do estado agora neoliberal cujo fundamento é o conservadorismo. O sistema educacional e, juntamente com ele, a escola é o cenário mais concreto onde essa visão de mundo se manifesta. O artigo evidencia como esse princípio conservador pode ser estendido a atores imediatos, como diretores e professores, gerando situações particulares de conflito, passividade ou submissão. Observa-se como o componente diretivo aparece da forma como garante o sistema de coisas, em sua maioria; enquanto isso, o componente de ensino pode ser mostrado de várias maneiras como resultado desses relacionamentos usando alguns termos. A exploração é sustentada em algumas posições teóricas, mas, sobretudo, na reflexão e nos sentimentos do contato real com a escola de base, aquela escola imediata que reúne todas as dimensões em um único tempo e espaços, onde as forças de um contexto global se encontram e fluem misturados em um micro contexto. Por fim, registra-se que o princípio da autoridade é legalizado e legitimado, dando hegemonia a uma hierarquia dogmática que interrompe qualquer tentativa de democratização real e consciente na escola, criando figuras de transmissão do sistema de coisas que opera nos níveis macro, que obedecem ao mundo, de consumo e competição desumanizada que desfigura o papel sócio-histórico da escola e de seus professores comprometidos.

Valéria Prazeres dos Santos e *Arlete Ramos dos Santos* são autoras do sétimo artigo do dossiê, intitulado "**Distorção idade-série em meio às políticas educacionais neoliberais**". O texto objetiva discutir o problema da Distorção Idade-Série no Brasil, contextualizando-o historicamente, mas focando no momento atual em que a resolução do problema se alinha com os interesses neoliberais para a educação que inclui cada vez mais o empresariamento da educação. A abordagem teórica acolhida é a que possibilita uma postura crítica com um olhar materialista histórico-dialético da realidade social, pois para compreender os fenômenos sociais é preciso compreender a realidade como

resultado de um processo histórico, dialético, vivo e que precisa ser superado para fins de desalienação e emancipação humana.

João Henrique da Silva é autor do oitavo artigo cujo título é "**Neoconservadorismo no campo da educação (2002-2019): análise bibliométrica**". Este estudo tem por objetivo identificar e caracterizar a produção científica, em especial brasileira, consolidada em artigos científicos, teses e dissertações acadêmicas sobre o neoconservadorismo no campo da educação. Sustentada em Antônio Gramsci, trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, que fez uso da abordagem bibliométrica e análise de conteúdo a partir dos trabalhos coletados em seis bancos de dados. O corpus documental constitui-se de 38 trabalhos – 27 artigos, nove dissertações e duas teses – publicados entre 2002-2019, por 53 autores, com 57 contribuições e participação significativa do sexo masculino. A maioria dos estudos são do Brasil, de língua portuguesa. As autorias, em sua grande parte, foram individuais e contaram com diversas instituições de ensino das regiões brasileiras, com maior incidência da Região Sudeste. Os trabalhos fazem parte de estudos e periódicos na área da Educação, embora teve presença das áreas de Serviço Social, Sociologia e entre outras. Os temas dos trabalhos dedicaram-se prioritariamente na compreensão do neoconservadorismo no campo educacional, discutindo desde as políticas até as práticas pedagógicas. Conclui-se que neoconservadorismo é um fenômeno atual na realidade brasileira, devido a revolução passiva realizada no Estado, o qual sofreu influências nas elaborações e implementações de políticas educacionais.

O nono artigo tem como título "**Igualdade de gênero e diversidade sexual: Percepção de pais/mães e responsáveis de crianças de uma escola de Macapá**" e é escrito por *Andrés Lema Mendez* e *Alexandre Adalberto Pereira*. O artigo apresenta um recorte do projeto que aborda a temática da igualdade e gênero e diversidade sexual em contexto escolar na cidade de Macapá, Amapá, Brasil. São analisadas respostas de um questionário aplicado a pais, mães e responsáveis que participaram de uma reunião na escola em que foi apresentado o referido projeto de investigação. Utilizamos os aportes teóricos de Sorj (2014), Madeiros; Pinheiros (2013) e Andrade (2015) para entender os dados sobre as percepções sobre igualdade de gênero. Algebaile (2017), Ratier (2016), Manhas (2016), Ximenes (2016) e Cara (2016) sustentam a análise do componente diversidade sexual. Concluem que os colaboradores tendem a assumir respostas indiferentes com relação ao tema da diversidade sexual e de gênero e que a abordagem sobre o tema na esfera educacional torna-se relevante para se pensar em estratégias que reduzam a violência, opressão e LGBTfobia. O projeto conta com financiamento (bolsa de estudos) pelo Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (Bolsas Brasil - PAEC OEA-GCUB).

O décimo artigo do dossiê é intitulado "**Educação do campo rompe com os paradigmas conservadores da formação de professores/as** " e é de autoria de Heloisa da Silva Borges. O texto é resultado de pesquisa que teve como objetivos estudar os paradigmas conservadores que sustentam a formação de professores/as na sociedade capitalista e investigar como a Educação do Campo rompe com os paradigmas conservadores, especialmente na formação de professores/as. A metodologia adotada deu-se em dois momentos: pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa empírica se deu em torno de duas questões norteadoras: 1) Quais são os paradigmas conservadores que sustentam a formação de professores/as na sociedade capitalista? e 2) Por que a Educação do Campo rompe com os paradigmas conservadores, especialmente na formação de professores/as? Assim, conclui-se que a formação de professores/as do campo, que se sustentam nos referenciais teóricos da pedagogia crítica não dialoga com

a formação de professores/as ligadas aos paradigmas conservadores liberais e neoliberais, pois ambos possuem projetos de sociedade diferentes.

Andressa Santos Rebelo e *Mônica de Carvalho Magalhães Kassar* são autoras do décimo primeiro artigo, intitulado **"Gestão da educação especial no Brasil e conservadorismo político: notas sobre uma história persistente"**. O texto analisa as alterações na organização da gestão da Educação Especial no período de 1986 a 2020, assinalado como democrático pela historiografia. As autoras analisam a conformação das políticas educacionais na estrutura administrativa do Estado brasileiro e a presença constante das instituições privado-assistenciais na proposição dos órgãos gestores e nas diretrizes de Educação Especial. Por fim, concluem que a relação entre a administração pública e setores privados integra as características de processos democráticos, nos quais se espera a existência de disputas nas tomadas de decisão. Contudo, esta relação pode indicar uma posição conservadora de manutenção de dependência econômica das instituições privadas aos recursos públicos.

Na sequência, o décimo segundo artigo, cujo título é **"A educação de crianças e adolescentes com deficiência no contexto das políticas sociais**", de *Regina Célia Passos Ribeiro de Campos, Michele Aparecida de Sá* e *Ana Célia Passos Pereira Campos,* destaca que a história da educação das pessoas com deficiência no Brasil foi marcada pela ausência de iniciativas do Estado. Desse modo, o objetivo do estudo é discutir o direito à educação escolar dos alunos com deficiência a partir da reflexão sobre as políticas educacionais no contexto das políticas sociais. As principais fontes documentais analisadas foram aquelas que formalizam e instituem as diretrizes para a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Também foram utilizados os dados do Censo Escolar da Educação Básica disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O estudo permitiu perceber que os direitos são constituídos a partir de lutas históricas e demandas por novos direitos. Entre as garantias legais para as pessoas com deficiência está a inclusão escolar. Os avanços dessa inclusão são legítimos como podemos observar nos dados do censo escolar da Educação Básica, mas precisamos dialogar e participar politicamente para que as políticas educacionais brasileiras não estejam marcadas ou se baseiem em legislações educacionais difusas, impessoais e internacionalizadas que, na maioria das vezes, não levam em conta a diversidade e a complexidade da realidade do ensino brasileiro.

O penúltimo artigo que compõe o dossiê tem como título "**A relação conservadora entre público e privado na educação especial: análise de dados censitários**", escrito por *Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves, Beatriz Fonseca Torres* e *Washington Cesar Shoiti Nozu*. O objetivo do estudo é analisar na conjuntura recente (2007 a 2019) o financiamento das matrículas de estudantes da Educação Especial em Belo Horizonte, Minas Gerais. Para tanto, utilizou-se o banco de matrículas presente no censo escolar da Educação Básica disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os resultados mostraram a ampliação das matrículas de estudantes da Educação Especial na Educação Básica, com concentração e crescimento da deficiência intelectual. No que se refere ao financiamento, identificou-se um cenário de municipalização (48,7%) e ainda a conservação de instituições e classes especiais sob administração privada de categoria particular e filantrópico. O artigo registra que as instituições especializadas se expandiram no Brasil devido à desresponsabilização do Estado com a educação da pessoa com deficiência, ampliando-se a participação filantrópica com o financiamento de instâncias públicas e privadas; a região metropolitana de Belo Horizonte apresenta

marcos históricos na consolidação de ações filantrópicas no campo da Educação Especial.

O último artigo que compõe este dossiê é intitulado "**Inclusão em educação: reflexões sobre democracia, sociedade e escola contemporânea à luz da teoria crítica**" e é de autoria de *Andressa Silva Pereira* e *Allan Rocha Damasceno*. O texto registra que, a partir da década de noventa, em esfera nacional e internacional, a inclusão em educação se fortalece com inúmeras Políticas públicas educacionais que fundamentam a tríade: acesso, permanência e sucesso escolar. Para isso, os sistemas de ensino precisam se (re) organizar para a consolidação de espaços democráticos. Nessa perspectiva, vale o questionamento: será que todos desejam uma educação democrática? Assim, o artigo tem como objetivo refletir/debater a escola e a sociedade à luz da Teoria Crítica, tendo como lente analítica o pensamento do filósofo Theodor Adorno, e de seus comentadores, de modo que são problematizadas as amarras da sociedade, tendo em vista que a estrutura socioeconômica autoritária obstaculiza a emancipação e, por conseguinte, a construção de escolas que celebrem as diferenças. A partir de tal ótica, o texto registra que a inclusão em educação é a afirmação de um projeto educacional democrático, que reconhece as demandas específicas de cada estudante, trabalhando numa pedagogia onde a escola é quem deve adaptar-se ao estudante e nunca o inverso.

Concluindo a apresentação do dossiê **"Neoconservadorismo e Educação: reflexões sobre justiça social, inclusão e democracia"**, ressalta-se que este não tem a pretensão nem a condição de esgotar as discussões sobre o tema. Na verdade, espera-se que a leitura atenta dos artigos que são disponibilizados possa provocar uma reflexão, a partir dos pontos de vistas dos autores desta edição, e, com isso, gerar novas análises, mais aprofundadas, que resultem em produções mais ricas.

Desta forma, registra-se a relevância da leitura atenta e pormenorizada dos textos, observando o neoconservadorismo impregnado em alguns campos de pesquisa dentro da Área de Educação. Com certeza, considerando outros campos de estudo, na mesma área ou em outras áreas do conhecimento, as políticas e as práticas neoconservadoras se manifestam e, por vezes, se consolidam nos espaços da sociedade onde encontra oportunidade.

O dossiê **"Neoconservadorismo e Educação: reflexões sobre justiça social, inclusão e democracia"**, portanto, apresenta resultados de pesquisas que interessam a professores, pesquisadores e estudantes da área de educação, tendo em vista a pertinência das temáticas de pesquisa aqui apresentadas. Sem dúvida, esta edição da Revista Educação e Fronteiras contém contribuições significativas para a compreensão sobre os objetos de estudos de cada artigo e para fomentar novos olhares para a continuidade da produção científica acerca das diferentes temáticas, de modo geral, e também sobre as investigações que focalizam a discussão sobre neoconservadorismo e suas relações com a área de educação e com outras áreas do conhecimento.

Além do dossiê **"Neoconservadorismo e Educação: reflexões sobre justiça social, inclusão e democracia"**, esta edição da **Revista Educação e Fronteiras On-Line** também compreende quatro artigos oriundos de fluxo contínuo e uma resenha. Os artigos recebidos pelo fluxo contínuo estão articulados sob o prisma da educação no meio rural em diferentes contextos.

O artigo **"Educação como direito fundamental: Paredes de Coura – uma experiência portuguesa destaca 'a descoberta do ser criança no meio rural'"**, de autoria de *António Cardoso Ferreira*, *Maria José Dias Ferreira* e *Maria Edith Romano Siems*, apresenta um estudo de caso sobre ações comunitárias em educação e saúde,

realizadas em uma região rural portuguesa, na década de 1980, destacando o impacto de ideias desenvolvidas por Paulo Freire, como o de conscientização. O texto relata como os conceitos freireanos fundamentaram as atividades de um grupo de profissionais de saúde pública, que atuavam junto a populações em situação de vulnerabilidade social. A narrativa desenvolve-se por meio das vozes dos profissionais, de seus pontos de vista e de suas experiências na busca pela melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Na sequência, também em diálogo com o pensamento de Paulo Freire, Waldma Maíra Menezes de Oliveira e Ivanilde Apoluceno de Oliveira assinam o artigo **"Curso de Educação do Campo com formação freireana e o ensino de Libras"**. O texto analisa as representações sociais de estudantes do curso de licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Pará (UFPA) sobre a prática pedagógica de professora de Língua Brasileira de Sinais (Libras). Dentre os principais resultados, as autoras que as representações sociais dos estudantes sobre a ação educativa da professora apontam para os seguintes princípios freireanos: o diálogo, a práxis e o respeito às diferenças.

Com o artigo **"Políticas públicas para a educação escolar indígena e os desafios municipais da cidade de Dourados/MS"**, *Ilma Saramago* e *Marilda Moraes Garcia Bruno* discutem as políticas públicas para educação escolar indígena, com ênfase no município de Dourados, Mato Grosso do Sul, local que concentra a segunda maior população indígena do país. Baseado nos Estudos Culturais e na etnografia educacional, o trabalho destaca que as políticas vigentes não contemplam as particularidades da educação escolar dos alunos indígenas do município de Dourados.

Elza Cristiny Carneiro Batista, *Ramiro Esdras Carneiro Batista* e *Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida*, autores do artigo **"História e memória da luta pela escolarização no assentamento Chico Mendes/Arinos-MG: a narrativa do curral que virou escola"**, apresentam, por meio de uma investigação ancorada na metodologia da História Oral, as narrativas e os embates pela escolarização de crianças de um assentamento localizado na zona rural de um município mineiro. Os autores evidenciam, no microcontexto analisado, os movimentos de luta da comunidade de assentados para a construção de uma escola fundamentada em uma pedagogia camponesa.

Para completar esta edição da revista, *Kellcia Rezende Souza* realiza uma resenha crítica do livro "Dez lições sobre Bobbio", de autoria de Giuseppe Tosi – Doutor em Filosofia pela Universidade de Pádua (Itália) e Professor Titular do Departamento de Filosofia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Cada uma das lições é apresentada pela resenhista, que reitera as análises do autor do livro para destacar a produção intelectual e o legado deixado por Norberto Bobbio. À leitura!

Profa. Dra. Arlete Ramos dos Santos

Prof. Dr. Samuel Hilcías Carvajal Ruiz

Prof. Dr. Cláudio Pinto Nunes

Organizadores do Dossiê Temático

DOI: 10.30612/eduf.v10i30.14514 ISSN: 2237-258X